

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS  
HUMANOS NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL**

**DIREITOS HUMANOS: DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO À  
CONVIVÊNCIA SOCIOCULTURAL.**

**BEATRIZ VIEIRA DA CUNHA DE MENEZES**

**ORIENTADORA: MARISTELA ROSSATO**

**BRASÍLIA/2015**

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural

**BEATRIZ VIEIRA DA CUNHA DE MENEZES**

**DIREITOS HUMANOS: DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO À  
CONVIVÊNCIA SOCIOCULTURAL.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Maristela Rossato

BRASÍLIA/2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

BEATRIZ VIEIRA DA CUNHA DE MENEZES

### **DIREITOS HUMANOS: DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO À CONVIVÊNCIA SOCIOCULTURAL.**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. Apresentação ocorrida em 14/ 11 /2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

MARISTELA ROSSATO (Orientadora)

---

STELLA MARTINS TELES (Examinadora)

---

BEATRIZ VIEIRA DA CUNHA DE MENEZES

BRASÍLIA/2015

## **DEDICATÓRIA**

Dedico o presente trabalho a todos que compartilham o saber.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu amor e parceiro que compreendeu os tempos de minha ausência para cumprir este projeto.

À minha orientadora mestra, Doutora Maristela Rossato, que aceitou o desafio de orientar-me.

As minhas colegas de trabalho Aline e Lara Andréa que me ajudaram nas ações práticas e pedagógicas desta pesquisa.

E aos mestres e doutores deste curso que ampliaram meus pensamentos com a transmissão de seus conhecimentos.

## **RESUMO**

Para um ensino voltado às relações de convívio entre estudantes, este projeto interventivo contextualizou o tema Direitos Humanos nas áreas de conhecimento. Foi um projeto realizado com os estudantes do 5º Ano do ensino fundamental por meio de participações em atividades desenvolvida no contexto de Tertúlia Literária que possibilitaram dialogar e discutir o tema Direitos Humanos, experiências favorecedoras de atitudes humanas conscientes para o convívio sociocultural. Conclui-se que esta ação pedagógica favoreceu, para estes estudantes, aprendizagens que melhoraram a consciência sobre as atitudes humanas e a convivência sociocultural entre os mesmos surgindo, neste trabalho interventivo, a proposta de datas, em calendário escolar do DF, com o tema Direitos Humanos.

Palavras-Chave: Direitos Humanos, Áreas de Conhecimento; Convivência Sociocultural.

## SUMÁRIO

<b>I. PROBLEMATIZAÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>II. JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>09</b>
<b>III. OBJETIVOS .....</b>	<b>11</b>
3.1 Objetivo Geral.....	11
3.2 Objetivos Específicos.....	11
<b>IV. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>12</b>
4.1 Os direitos humanos e a educação.....	12
4.2 As áreas de conhecimento e os direitos humanos .....	14
4.3 Estratégias de aprendizagem na educação em direitos humanos .....	16
4.4 A convivência sociocultural na escola .....	18
<b>V. CAMPO DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>19</b>
5.1 Localização, contexto sociocultural a que atende.....	19
5.2 Função social, níveis e modalidades de ensino, número de funcionários, espaço físico.....	19
5.3 Aspectos culturais relevantes, projetos pedagógicos desenvolvidos .....	20
5.4 Sujeitos envolvidos na pesquisa.....	20
<b>VI. AÇÕES DESENVOLVIDAS NA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO:     APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
6.1 O planejamento do projeto interventivo.....	22
6.2 As práticas pedagógicas do projeto interventivo.....	24
<b>VII. CONCLUSÕES .....</b>	<b>28</b>
<b>VIII. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>
<b>IX. APÊNDICE .....</b>	<b>31</b>
<b>X. ANEXOS .....</b>	<b>36</b>

## **I. PROBLEMATIZAÇÃO**

É pouco provável que aprendizagens favoreçam habilidades e competências sem, que os estudantes em início de sua escolarização tenham contato com contextos que dialogam com suas relações interpessoais e com o mundo. Estes contextos trazem temas como atitudes e conceitos, constroem e favorecem as relações interpessoais e modos de vida. Fundamentam as concepções de cidadania, bem como dos direitos essenciais para o convívio humano e seu planeta.

Para esse diálogo de temas e relações interpessoais a educação poderá considerar os direitos humanos enquanto uma realidade e prática pedagógica para referência da vida desses estudantes, em todas as dimensões, porque potencializa atitudes e valores sociais existentes em todos os sistemas sociais desse planeta global.

Como escolarizar um estudante sem que o mesmo conheça seus direitos, suas necessidades, sem que estabeleça habilidades e competências sobre atitudes e valores que favorecem a interação social, a vida sustentável e que conserve e torne possível sua evolução em uma sociedade tão ampla, tão global?

Assim é fundamental ser a sala de aula, o espaço social e próprio de ensino da educação básica, que ofereça e favoreça a inclusão do conhecimento dos Direitos Humanos, no contexto das diversas áreas de ensino tendo como meta a melhoria do convívio social e estabelecendo para esses estudantes, em seus processos educativos, habilidades e competências.

A permanência e a continuidade das vidas escolar e social dos estudantes do ensino fundamental, no 5º Ano dos anos iniciais da Escola Classe ASPALHA, é diretamente dependente da escolarização dos mesmos em todo contexto educativo. Ao incluir no ensino e aprendizagem fundamentos dos Direitos Humanos nas áreas de conhecimento do currículo escolar, já previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de dezembro de 1996 e sendo proposta do Currículo em Movimento no Distrito Federal, este tema estará contribuindo para o desenvolvimento das capacidades de relação interpessoal e com o meio ambiente para que os estudantes realizem melhor convivência sociocultural.



## II. JUSTIFICATIVA

No processo de ensino e aprendizagem, ao utilizar o Currículo em Movimento com os temas que este sugere, fica evidente a necessidade de incluir o tema dos direitos humanos no contexto educativo para os estudantes do 5º Ano da Escola Classe ASPALHA.

Para garantir este processo educativo o projeto de intervenção foi elaborado. As estratégias para o ensino e a aprendizagem foram planejadas e assim organizadas nas áreas de conhecimento ampliando o contexto que os direitos humanos sugerem.

O mundo contemporâneo apresenta situações relevantes quando se refere ao desrespeito dos direitos humanos. São situações observadas nas relações interpessoais, relação dos indivíduos sobre a compreensão de seus direitos sociocultural e ambiental. Estas situações geram o agravamento das degradações das relações humanas e suas relações com o meio ambiente. As situações também são compostas pelas intolerâncias religiosas, étnico racial, cultural, dentre outras. Sendo discutido como tema, os direitos humanos deverão ser incluídos e discutidos nas salas de aula ampliando a compreensão dos estudantes quanto as relações humanas e com o mundo que habitam.

A escola compreende momentos das relações humanas e concentra convívios sociais e culturais dentro de uma diversidade que pretende formar e compor os indivíduos que vivem as situações complexas sendo local onde podem se aprofundar as desigualdades, a exclusão de indivíduos comprometendo as relações de convivência dos estudantes.

Este processo educativo voltado para a contextualização dos direitos humanos nas áreas de conhecimento é a oportunidade, que os estudantes terão para as suas aprendizagens sobre direitos humanos. Estas aprendizagens serão compostas por valores sociais, reconhecimento da diversidade sociocultural e compreensão das necessidades específicas e fundamentais do meio ambiente.

Praticar as aprendizagens tendo a temática dos direitos humanos nas áreas de conhecimento direciona a um ensino sobre esses direitos e criam oportunidades para os estudantes do 5º ano do ensino fundamental da escola ASPALHA que contextualizam valores sociais e estimulam uma nova consciência nas suas aprendizagens e nos seus comportamentos com a adoção de princípios para o benefício de suas relações sociais compreendendo, acolhendo e incluindo o respeito a diversidade sociocultural.

Assim, com a inclusão da temática que os direitos humanos fundamentam e sugerem à sociedade, faz com que estes estudantes estabeleçam conhecimentos e atitudes e se formem como cidadão global.

Sobre a diversidade que as áreas de conhecimento apresentam e as habilidades e competências que são desenvolvidas, os estudantes do 5º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, participarão deste projeto de ensino fundamentado em uma metodologia que estabelece uma discussão entre direitos humanos e as habilidades em todas as áreas de conhecimento pertencentes ao currículo sugerido e utilizado na Secretaria de Educação do Distrito Federal, na regional Plano Piloto/Cruzeiro neste ano de 2015.

Com leituras, interpretações de textos, apresentações orais e escritas nos contextos de direitos humanos e na diversidade das áreas de conhecimento, os estudantes do 5º Ano estarão atuando com suas histórias sócio culturais e os valores que o contexto destes direitos dialoga com as áreas de conhecimento, tendo como apoio bibliográfico Paulo Freire por se apresentar em sua literatura como um precursor de uma postura educativa voltada para o diálogo da vida cotidiana dos estudantes e as aprendizagens favorecendo para que as mesmas sejam significativas. A intenção se explica em todo o contexto dos direitos buscando, de fato, indivíduos sociais, cidadãos capacitados capazes de avaliar suas convivências sociais, culturais e políticas. Esta também é a busca deste projeto interventivo que entrelaça os contextos dos direitos humanos e as áreas de conhecimento.

O direcionamento educativo sobre os direitos humanos está disposto e esclarece desde 1996 a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 o Direito da Diversidade, no seu artigo “Art. 27º. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”.

Pulino (2001) indica uma observação sobre a historicidade do indivíduo que pode ser amparada pela educação. Este indivíduo não pode ser pensado sem seu contexto afetivo, social, cultural e o seu contexto que ressignifica a sociedade. É na escola com a socialização formal que se dialogam “os valores e crenças de sua cultura” para este indivíduo.

Será, assim, com as aprendizagens desenvolvendo o tema dos direitos humanos nas áreas de conhecimento que os estudantes do 5º Ano da Escola Classe ASPALHA compreenderão a dinâmica da vida social, a diversidade que este contexto favorece. O conhecimento dos Direitos Humanos favorece comportamentos éticos e capacita estudantes ao convívio sociocultural.

### **III. OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

Incluir na diversidade temática das áreas de conhecimento a discussão dos direitos humanos dialogando com o cotidiano dos estudantes e promovendo experiências que possibilitem atitudes humanas conscientes no convívio sociocultural dos mesmos.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

Destacar o papel significativo dos direitos humanos na educação de estudantes do 5º ano do ensino fundamental.

Promover estratégias de aprendizagem da educação em direitos humanos nas ações educativas da escola.

Incentivar a interdisciplinaridade das áreas de conhecimento com a educação dos direitos humanos.

## IV. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

### 4.1 – Os direitos humanos e a educação

“Não junto a minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da ‘justa ira’ dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas.” (FREIRE, 2000 p.113-114)

Os fundamentos de Paulo Freire, teórico e educador brasileiro do século XX, apontam a educação como prática para a liberdade do indivíduo. Uma oportunidade para inibir as relações sociais opressoras tendo como resultado a melhoria da convivência sociocultural.

Em sua literatura ao qualificar como oprimidos os indivíduos privados de uma educação escolar, Freire (2000) organiza e direciona uma prática educativa que observa a sociedade. Nesta perspectiva educativa pretende diminuir as injustiças sociais. Para isso orienta as práticas pedagógicas sobre diálogos que permitam o conhecimento dos direitos humanos e o conhecimento do indivíduo.

A educação insere a temática dos direitos humanos por entender que aprendizagem e ensino voltados ao conhecimento das relações interpessoais e sociais são ações pedagógicas que favorecem a educação dialógica. Paulo Freire aponta em toda sua obra a transformação do indivíduo, em sua dimensão ontológica, pelas capacidades humanas de questionar, refletir, analisar e construir ações diante e para sua vida.

“[...] enquanto prática social a prática educativa, em sua riqueza, em sua complexidade, é fenômeno típico da existência, por isso mesmo fenômeno exclusivamente humano. Daí, também, que a prática educativa seja histórica e tenha historicidade.” (FREIRE, 2001, p.34)

Assim é na pluralidade de relações que os indivíduos irão estabelecer suas relações uns com os outros, construir e redirecionar a capacidade de organizar a convivência sociocultural. Ao conhecerem temas como os direitos humanos melhoram as respostas sobre o que é diverso, incomum, novo. Utilizam suas aprendizagens e apresentam uma consciência crítica a partir de uma inteligência que foi adquirida em um convívio social, em uma prática educativa coletiva.

Na educação ao praticar aprendizagens, saberes e competências os indivíduos devem compreender sua liberdade quanto a sua manifestação pessoal e pensamentos.

Saber contextualizar e globalizar, aprender a interagir com a vida cotidiana, e atuar com uma consciência voltada as relações de convivência na sociedade. Todo este diálogo na educação pretende que o ensino se paute em um novo formato de relacionamento entre professor, estudante e sociedade.

Os direitos humanos e a educação observam o indivíduo em sua concepção e história. Pulino (2001) orienta esta concepção pois “o indivíduo não pode ser pensado fora de sua historicidade”. É com esta história que este indivíduo será autor e participará ativamente de seu processo educativo e a escola irá compor uma educação com a história de cada estudante. Conforme a mesma autora:

Esse processo de construção da identidade pessoal, que se dá sempre na relação entre pessoas que compartilham um espaço, um tempo e uma dimensão histórico-cultural, é o processo de humanização de cada ser humano, que se dá da mesma maneira que o ser humano, enquanto espécie, se constituiu, humanizou-se, na história. (PULINO, 2001)

Esta educação que considera o indivíduo em sua história é orientada no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), aprovado em 2006 e estabelece que a educação em direitos humanos é um processo sistemático e multidimensional e que direciona à formação do sujeito de direitos, articulando as dimensões:

- a) apreensão de conhecimento historicamente construído sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações. (BRASIL, 2006, p. 25).

Essas dimensões indicam a preocupação com a construção dos valores que estão presentes nas relações interpessoais dos indivíduos sociais e a relação que a educação favorece como veículo para esta aprendizagem.

Visando maior coesão nas práticas educativas para a educação brasileira e para favorecer a formação do cidadão brasileiro o Ministério da Educação estabeleceu com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos para a Educação Básica e Ensino Superior em seu artigo 2º a fundamentação de práticas educativas sobre os direitos humanos especificando em seu artigo 3º “os princípios de dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades, laicidade dos Estados, democracia na educação”, objetivando uma construção social que

valorize a condição humana e sustentável que estes direitos constroem.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos também sugerem uma educação para ser cidadão e para o convívio social e estabelecem a inclusão dos direitos humanos nas áreas de conhecimento da educação básica por entender a educação como meio que se abre em todas as direções do conhecimento e assim alcançar a formação do cidadão brasileiro.

É na educação em direitos humanos que mais um contexto educativo se organiza tendo nesta prática educativa o objetivo de um ensino para uma aprendizagem onde o estudante se perceba e atue como sujeito de seus direitos construindo melhores relações interpessoais, atuando em uma convivência sociocultural (BRASIL, 2010).

A união de planos educativos, leis e diretrizes que orientam a educação em direitos humanos sustentam práticas pedagógicas para a educação na perspectiva de uma vida social harmônica.

Neste processo educativo, que inclui os direitos humanos como tema, professores são mediadores e participantes ativos como os estudantes. Possuem, também, suas histórias e são formados para o diálogo, diversidade cultural estabelecendo conceitos sociais diante de suas capacidades profissionais adquirindo um formato fluido, flexível e reflexo.

#### **4.2 - As áreas de conhecimento e os direitos humanos**

As áreas de conhecimento são uma proposta de referencial curricular organizando os planos de estudos e as propostas pedagógicas. Nas suas funções instrumentais possibilitam a intercessão de seus contextos. Assim oferece ao educador possibilidades de estratégias pedagógicas favorecendo a construção de aprendizagens aos estudantes com competências de leitura, escrita e lógica matemática.

Estas áreas estão incluídas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN (1997) e organizam a modalidade de ensino de 1º ao 5º ano. Assim, dispostas nos PCNs fazem parte do Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) se distinguindo nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, Arte, Educação Física, História e Geografia.

A parte textual que compõem as áreas de conhecimento são denominadas como temas transversais e formam um bloco de assuntos em seis áreas: A ética, a saúde, orientação sexual, pluralidade cultural e meio ambiente. Promovem o ensino e

aprendizagens para a educação em direitos humanos visando a formação dos estudantes para a cidadania.

Nessa formação a educação estrutura o desenvolvimento de valores e atitudes em favor dos direitos humanos e substitui o pensamento humano que “isola e separa por um pensamento que distingue e une no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto” (MORIN, 2000, p.89). Um entendimento para o processo de construção da convivência, direitos e deveres construídos nas áreas de conhecimento e com a dialogia de ações práticas pedagógicas.

Como um auxílio para esta dialogia o tema dos direitos humanos está sugerido nos Pressupostos Teóricos da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). Apresenta uma prática escolar para a Educação em e para os Direitos Humanos considerando a interdisciplinaridade nas áreas de conhecimento do ensino fundamental reforçando a e elencam para as ações dialógicas educativas temas como a garantia e resgate dos direitos fundamentais; a educação para a diversidade; a educação para a sustentabilidade e a formação humana integral.

O papel das áreas de conhecimento determinam a contextualização e promoção dos temas transversais. Trazem as ações pedagógicas em práticas que promovem a diversidade textual dos diversos conhecimentos e apresentam as características dos conteúdos culturais presentes em todo contexto dos direitos humanos.

Essa relação dialética que está na composição das áreas de conhecimento tem o propósito de formar o sujeito pensante e libertá-lo da impossibilidade de compreensão do mundo que o cerca. Pertence, mesmo que com aparência cartesiana de currículo, a racionalidade da pedagogia libertária de Paulo Freire, que enquanto secretário da educação, em São Paulo, entre os anos de 1989 a 1992 buscou a construção deste currículo dialético nomeando as áreas de conhecimento.

[...] o saber que a prática docente espontânea ou quase espontânea, “desarmada”, indiscutivelmente produz é um saber ingênuo, um saber de experiência feito, a que falta a rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito. [...] É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunde com a prática.”(FREIRE, 2000, p. 22).

#### **4.3 – Estratégias de aprendizagem na educação dos direitos humanos**

As estratégias de ensino aprendizagem na educação em direitos humanos podem garantir a utilização de uma metodologia que favorece a dialogia, a comunicação e a contextualização de temas do mundo contemporâneo e os fundamentos que estes

direitos trazem.

Já definida a temática os planejamentos para as aulas incluem estratégias que favorecem a construção de condutas sociais.

Na educação professores planejam promover os direitos humanos levando questões sobre cidadania, violência, paz, liberdade de expressão, respeito ao próximo, alteridade. As questões desta promoção envolvem influências de aspectos religiosos, políticos entremeados na história que compõem os direitos humanos.

Para estas estratégias dialógicas e contextuais, os direitos humanos tornam-se regra geral em busca de uma atitude uniforme de indivíduos sociais, por estarem sujeitos à sua leitura. O mundo contemporâneo traz novas concepções de indivíduos e consequentemente mexe nas concepções dos direitos humanos.

Os estudantes poderão desenvolver aprendizagens significativas sobre os contextos em áreas de conhecimento. É sobre este planejamento nas estratégias que os educadores podem criar condições para que o ensino favoreça uma aprendizagem significativa.

Numa leitura de Fachin (2009,p.48) há a expressão de São Tomás de Aquino “dignitas humanas (...) a dignidade é inerente ao homem, como espécie, e ela existe em actu só enquanto o homem é indivíduo (...)” nos transporta à educação libertária de Paulo Freire que pretende, enquanto professor, formar indivíduos pensantes e libertos de uma educação bancária, favorecendo a independência já fundamentada em um direito humano e básico, o direito de pensar conduzindo uma prática pedagógica com estratégias que estabelecem uma conversa maior dos estudantes com seus textos e suas atividades de vida diária tornando estes estudantes indivíduos sociais autores de sua sociedade.

As estratégias assim irão ser um auxílio fundamental na contextualização da temática sobre os direitos humanos. Ao serem planejadas, estas estratégias deverão participar da dialogia necessária à construção de pensamentos libertários e que formem os estudantes como autores de suas ações socioculturais transpondo as aprendizagens destes para além de suas salas de aula em um convívio sociocultural harmônico.

Atitudes educativas como a Tertúlia Dialógica Literária são estabelecidas para a utilização da diversidade de gêneros textuais, interpretação individual do estudante, seleção do estudante de partes textuais que o impactam e dialogia do contexto lido com



a vida sociocultural. É uma prática para a aprendizagem de uma educação com a temática dos direitos humanos que propõe a defesa, garantia e resgate dos direitos fundamentais; educação para a diversidade; educação para a sustentabilidade e formação humana integral.

A tertúlia Dialógica Literária envolve um processo de leitura e interpretação coletiva onde cada indivíduo participante expõe seu ponto de vista sobre a literatura lida. Nesta prática predomina o diálogo, que promove o desenvolvimento de valores sociais, como a convivência, o respeito e a solidariedade, podendo ser realizado em grupos de estudantes, familiares, amigos e em todas as fixas etárias.

Desde 2002, no Brasil, e vinda a partir de estudos na Faculdade de São Carlos, no estado de São Paulo, a Tertúlia Dialógica complementa as estratégias pedagógicas voltadas ao diálogo e ao respeito das expressões individuais dos participantes. É uma prática educativa difundida desde o século passado por Ramon Flecha, sociólogo espanhol que entende o diálogo como argumento para aprendizagens significativas.

Na dialogia deste ensino é fundamental incluir o procedimento interdisciplinar que amplia as ligações das áreas de conhecimento, os contextos, a vida sociocultural dos estudantes. Facilita um diálogo nas estratégias de ensino aprendizagem recriando uma metodologia conceitual própria para a temática fundamentada pelos direitos humanos.

Segundo os Parâmetros Curriculares a interdisciplinaridade funciona como um complemento no conhecimento desenvolvido nas escolas, sendo uma estratégia metodológica aplicável e que mantém um diálogo com outros conhecimentos por permear nas áreas de conhecimento (BRASIL, 1997).

Os direitos humanos devem ser conhecidos e discutidos. A educação na sala de aula deverá ser construída com diálogos nas diferentes áreas de conhecimento. Assim, um dos princípios da Educação em Direitos Humanos que pretende favorecer a educação no contexto das áreas de conhecimento é o princípio da Transversalidade, vivência e globalidade por favorecerem trabalhos a partir do diálogo e da interdisciplinaridade. Trazem a construção educativa sobre valores éticos com uma perspectiva de mundo globalizado e envolve a comunidade escolar, atingindo assim, o convívio sociocultural (BRASIL, 2010).

Estas estratégias de aprendizagem garantem a metodologia e seus muitos contextos. Sugerem melhores aprendizagens e ao incluírem uma educação em e para os

direitos humanos asseguram uma abordagem metodológica sobre os objetivos dos processos de ensino da educação em Direitos Humanos. Esta ação pedagógica garante a formação dos estudantes como sujeitos ativos, como cidadão e sujeito democrático, para atuarem no seu contexto sociocultural com as questões sociais do nosso planeta (BRASIL, 2006).

#### **4.4 – A convivência sociocultural na escola**

O convívio sociocultural poderá ser definido como as realizações humanas organizadas de forma comunitária e que consideram o contexto histórico dos indivíduos. É um processo construído pelo homem e que realiza as interações dos indivíduos entre si, com o meio ambiente e com outras sociedades.

Segundo Vygotsky (1991) a interação social se dá nas relações interpessoais considerando o indivíduo em sua história e cultura com modos de agir, pensar e sentir sendo inadequado, no processo educativo, separar as dimensões cognitivas, de pensamento, das dimensões afetivas.

Para Pulino (2001) a construção da convivência sociocultural se dá antes do nascimento do indivíduo. Este apresenta algumas possibilidades de construção de sua história, dentro da sociedade, desde sua primeira identidade e antes mesmo de seu nascimento. Ele se organiza social, econômica e politicamente sobre o lugar em que ele está inserido. Continua sua história através da relação com o outro em constante construção e reconstrução, tanto o indivíduo como a sociedade, o que a autora considera como um processo do ser humano de “tornar-se”.

Estas relações avançam ao longo da evolução das sociedades e atingem o contexto da escola, um espaço que pretende acolher a diversidade sociocultural. Neste espaço as diferentes formas de manifestação do indivíduo são demonstradas por comportamentos, regras, religiões e estruturas de pensamento.

A problemática das relações entre escola e cultura é inerente a todo processo educativo. Não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, do momento histórico em que se situa. A reflexão sobre esta temática é co-extensiva ao próprio desenvolvimento do pensamento pedagógico. Não se pode conceber uma experiência pedagógica “desculturizada”, em que a referência cultural não esteja presente. Em vez de preservar uma tradição monocultural, a escola está sendo chamada a lidar com a pluralidade de culturas, reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças. (UNESCO , 2005 p.43,45)

Na educação os PCNs (1997) sugerem que os estudantes sejam vistos num modelo completo, assim considerando seu convívio sociocultural. São indivíduos compostos por características próprias físicas e apresentam possibilidades para desenvolvimento de ações próprias no agir, pensar e sentir. Suas características passíveis de modificações. Estas possibilidades de mudança são percebidas pela relação do ser humano com o meio em que está inserido.

## **V. CAMPO DE INTERVENÇÃO**

### **5.1 - Localização, contexto sociocultural a que atende.**

A proposta de intervenção, das áreas de conhecimento à convivência sociocultural, tem como norte incluir os direitos humanos no ensino aprendizagem de modo sistematizado. A pesquisa foi realizada na Escola Classe ASPALHA uma unidade de ensino da Regional Plano Piloto /Cruzeiro da Secretaria de Educação do Distrito Federal /SEDF.

A escola está inserida em uma área rural, que atende estudantes que são os filhos dos trabalhadores de chácaras do entorno da escola.

Estes estudantes estão parcialmente privados de contato com a diversidade cultural que o mundo contemporâneo oferece. Uma reação natural dos pais e responsáveis que se organizam em pequenos núcleos familiares em suas chácaras. Estas famílias saem de seus núcleos familiares somente para as movimentações religiosas nos polos da igreja evangélica e católica desta região do Setor de Mansões do Lago Norte, região administrativa Lago Norte, no Distrito Federal.

### **5.2 - Função social, níveis e modalidades de ensino, número de funcionários, espaço físico**

A Escola Classe ASPALHA escolariza em torno de duzentos e dez estudantes a cada ano. É inclusiva e tem 2% de seus estudantes com necessidades educativas específicas.

Suas modalidades de ensino são a educação infantil e o ensino fundamental-anos iniciais. Esta convivência se realiza em um espaço físico com pátio e cinco salas para aula, uma pequena biblioteca, uma sala para os professores, sala de direção, pátio interno, banheiros feminino e masculino para estudantes, banheiro para professores e funcionários da educação, quadra poliesportiva em área externa, parque de areia em área externa.

Para organizar educativamente este espaço físico, que tem características rurais, a escola conta com o trabalho de 10 professoras regentes, 1 coordenadora, 1 orientadora educacional, 1 pedagoga de Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, 1

diretora, 1 vice-diretora, 1 secretário, 1 apoio de secretaria, 3 cozinheiras, 4 auxiliares para a limpeza, 3 vigias.

### **5.3 - Aspectos culturais relevantes, projetos pedagógicos desenvolvidos**

Na construção para um ensino dialógico a escola ASPALHA realiza ações educativas contextualizando o mundo contemporâneo às aprendizagens. Busca, desta forma, trazer o mundo para dentro da escola.

As ações educativas desenvolvem uma prática pedagógica com os projetos interventivos propostos pela SEDF no Projeto do Bloco Inicial de Alfabetização. Um projeto de intervenção com organizações educativas denominadas intraclasse e interclasse. Essa prática educativa tem como objetivo melhorar a alfabetização e o letramento dos estudantes de 1º Ano ao 5º Ano do ensino fundamental.

### **5.4 - Sujeitos envolvidos na pesquisa**

Para contextualizar os direitos humanos nas áreas de conhecimento este projeto interventivo desenvolveu de forma sistematizada a inclusão das temáticas contidas nos direitos humanos com a participação de 36 estudantes de 5º ano do ensino fundamental anos iniciais, professora regente e pesquisadora, coordenadora e gestora. São 15 estudantes do sexo feminino entre as idades de 10 e 11 anos e 21 estudantes do sexo masculino entre as idades de 10 e 13 anos.

O público de interesse de aprendizagens significativas deste projeto interventivo se compõe com trinta e seis estudantes do 5º ano do ensino fundamental, em idades entre dez e treze anos, 40% meninas, 60% meninos.

Dentre estes estudantes contam três com necessidades educativas específicas com um portador de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade/ TDAH, um com Déficit de Processamento Auditivo Central/ DPAC e um com Deficiência Intelectual/DI grave necessitando de grande adequação em suas atividades escolares.

Neste processo de ensino aprendizagem os estudantes são mediados por duas professoras regentes que planejam seu trabalho nas áreas de conhecimento conforme o currículo da Secretaria de Educação do Distrito Federal/SEDF.

## **VI. AÇÕES DESENVOLVIDAS NA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: APRESENTAÇÃO.**

O projeto inclui uma prática pedagógica sistematizada com os temas dos direitos humanos nas áreas de conhecimento. Prática que favorece a interdisciplinaridade, aprendizagem significativa dos estudantes e que amplia as condições para um convívio social mais harmônico a todos que participam deste momento educativo.

É uma proposta interventiva que junto à metodologia adotada no ensino de estudantes do 5º Ano do ensino fundamental anos iniciais observa, analisa e conclui dentro das ações educativas como contextualizar os direitos humanos nas áreas de conhecimento e , assim, favorecer a difusão desta temática no contexto educacional e sociocultural destes estudantes de 5º ano.

O projeto interventivo de pesquisa foi desenvolvido no ano de 2015, incluindo os direitos humanos nas áreas de conhecimento. Foi realizado como uma ação do Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF), que sugere, como um de seus temas transversais, os direitos humanos por meio de projetos. Esta prática pedagógica objetiva contextualizar os direitos humanos nas áreas de conhecimento para estabelecer um ensino de estímulo e resposta sobre esta inclusão temática. É uma possibilidade, no ensino aprendizagem, para os estudantes compreenderem e favorecerem suas relações interpessoais com seus pares em seu convívio sociocultural.

Com atividades práticas que envolvam os estudantes deste 5º ano do ensino fundamental inicial foram incluídos em planejamento pedagógico, desde o início do ano letivo, os temas considerados fundamentais aos direitos humanos. Cada área de ensino, em seu currículo e material didático como livros didáticos, livros literários, textos, filmes, artes e jogos sugeriram e estabeleceram os temas que contextualizam as leis dos direitos humanos.

A dinâmica em sala de aula, do ensino aprendizagem estará fundamentada na dialogia e postura educativa de Paulo Freire, por incentivar que aprendizagens são significativas a partir do ensino sobre o cotidiano vivido pelos estudantes.

Este projeto apresenta, a partir de experiência, observação, análise e seus resultados, a importância de se favorecer no ensino aprendizagem o conhecimento dos direitos humanos para que estes estudantes caminhem em suas trajetórias, acadêmico e social, com aprendizagens significativas sobre a convivência harmônica e construtiva social, cultural, ambiental e política, capacitando-os como indivíduos ativos e participativos em sua sociedade.

Assim, será possível conseguir que a mensagem de incluir a temática dos direitos humanos nas áreas de conhecimento, já propostas em currículo seja realizada com maior

substancialidade. É fundamental, portanto, que esta temática e a prática pedagógica alcancem os objetivos a que se propõem com o tema e as práticas devidamente estruturadas em condições de ensino sistematizado, rotineiro, interdisciplinar, para que, os estudantes, estabeleçam conceitos claros em suas aprendizagens possibilitando que melhorem o convívio social neste mundo global.

As aprendizagens dos estudantes no contexto das áreas de conhecimento e dos direitos humanos representarão o discurso deste projeto interventivo. Os estudantes irão praticar a melhoria de suas relações interpessoais, para além do contexto escolar. Uma melhoria do convívio sociocultural a partir do ensino aprendizagem dos direitos humanos nas áreas de conhecimento.

### **6.1 – O planejamento do projeto interventivo**

Após a definição de todo o contexto que se propõe neste projeto, foram estabelecidos os dias da semana e a forma como iria ser desenvolvida a prática pedagógica que pretendia aplicar a temática dos direitos humanos usando as áreas de conhecimento, de modo interdisciplinar e rotineiro, favorecendo um ensino e aprendizagem que os estudantes pudessem presenciar e contextualizar suas aprendizagens nas diversas formas que o tema dos direitos humanos se propõe.

Foi estabelecido, como planejamento, que a prática pedagógica teria como base o Currículo em Movimento, que apresenta os direitos humanos como proposta de tema transversal, a interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento e o projeto interventivo intraclasse que é uma proposta interventiva do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) da Secretaria de educação do Distrito Federal (SEDF).

Com a Tertúlia Dialógica Literária a prática pedagógica foi sistematizada às quartas-feiras, a partir do mês de maio com a proposta de continuar até o fim deste ano letivo de 2015. Esta prática seguiu uma estratégia de ensino que favorecesse a aprendizagem de estudantes ao redor de uma leitura previamente selecionada e debatendo parte dos textos, de forma compartilhada. Utilizou a diversidade textual dos poemas, letras de músicas e pequenos textos informativos contidos nos livros didáticos nas áreas de conhecimento.

A leitura promoveu entre os estudantes maior diálogo sobre as literaturas selecionadas, apresentando uma construção coletiva de argumentos. Uma experiência educativa que possibilitou a aproximação das culturas, dos direitos humanos e do contexto educativo a partir das áreas de conhecimento.

Esta prática de leitura, fundamentada na Tertúlia Dialógica Literária, favoreceu o

exercício da escuta de cada estudante, baseou-se no diálogo dos mesmos respeitando a diversidade dos pontos de vista de cada indivíduo para as conclusões. Teve a presença do professor como moderador garantindo a ordem, e registrando todas as falas. Finalizando esta prática houve o retorno das falas dos estudantes visando estabelecer a relação da obra literária com as experiências individuais.

## **6.2 – As práticas pedagógicas do projeto interventivo**

Nas aprendizagens sobre Brasil Colônia, conteúdo da área de conhecimento História, o tema da escravidão se ampliou com a reportagem local do Jornal Correio Braziliense, trazida para a aula sobre as crianças quilombolas da Cachoeira de Santa Bárbara, que serviam como empregadas domésticas de um ex-prefeito de Alto Paraíso, cidade a 6 Km deste Quilombo e a 100 km do Distrito Federal. Elas sofriam abusos físicos, sexuais e morais em um regime econômico, comparado pelos estudantes, ao regime escravo do Brasil Colonial.

Os estudantes foram organizados em uma grande roda de conversa e receberam a reportagem. Fizeram leitura silenciosa, leitura compartilhada por orações ou frases e em seguida por parágrafos. Continuando a atividade proposta os estudantes escolhiam os trechos da reportagem que chamaram sua atenção e que gostariam de compartilhar com os colegas.

Fê iniciou a seleção com parte da oração “Após as diligências, a Comissão poderá requerer a participação de outros órgãos federais e estaduais para agir na garantia dos direitos humanos das vítimas” (Correio Braziliense, 2015). Este estudante falou que não costuma ler ou ouvir a palavra “diligência” e que entendeu que era uma ação para salvar as meninas quilombolas que estão sofrendo.

Fê concluiu com o trecho “principalmente por parte dos patrões, para quem trabalham como doméstica em troca de abrigo, comida e oportunidade de estudo” (Correio Braziliense, 2015). Para ele, parecia que Deus estava limpando o caminho mostrando os homens maus, expressando uma forte conotação, por influência religiosa, em sua fala.

A.G. escolheu o mesmo trecho de Fê e comentou que as mães dessas meninas deveriam estar perto delas e que sente que a mãe dela também não fica muito perto dela.

Alex também comentou o trecho de Fê questionando “Se escravos não existem, como as meninas ficaram lá ? Elas não vão pra escola?”

Ed escolheu “garotas nascidas em comunidades quilombolas são vítimas de abusos sexuais, principalmente por parte dos patrões, para quem trabalham” (Correio Braziliense, 2015) por lembrar de um deficiente visual que pediu ajuda para encontrar um endereço e ele



apontou para indicar o lugar. Ele gostaria de ter lembrado que não adiantava apontar e no caso das garotas não adianta ele ler a reportagem se ele não pode ajuda-las.

Guico fez referência à seleção do Ed porque se lembrou da avó que limpava o quarto dele. A avó pode fazer o serviço de casa, mas para crianças fica difícil.

Jô, Anjo, Lena, Elle escolheram “Entre as atribuições da CDHM está a proteção dos direitos das pessoas ” (Correio Braziliense, 2015) “*Porque as mães sempre dizem para eles: - Vá com Deus* ” Esse lugar CDHM também parecia proteger as pessoas.

As estudantes Eli e Dan pediram para fazer um desenho que representasse as meninas quilombolas. Queriam representar as meninas alegres. Com o desenho explicaram para seus colegas o que pretendiam mostrar: “- Como as meninas seriam se pudessem ser crianças? Isto é um direito humano, não é professora? “



Enfim, foi unanime a indignação dos estudantes citando o direito à liberdade e o direito de viver bem. Esta ação interventiva iniciou a contextualização da temática dos direitos humanos nas aulas e este tema foi permeando todas as áreas de conhecimento.

Nos encontros seguintes os estudantes viram o vídeo “A história dos direitos humanos”. Este documentário foi produzido por *United for The Human Rights*. O vídeo foi dividido em três partes, devido à sua extensão, com o planejamento para um diálogo específico, em cada semana, sendo o tempo previsto para as aulas foi ultrapassado.

- Primeiro Encontro

Foi a primeira parte e restringiu o vídeo às falas das pessoas sobre o que pensam ser os direitos humanos. Ao longo de duas quartas-feiras, os estudantes dialogaram sobre os direitos humanos.

As conversas começaram com os estudantes sugerindo o que as pessoas devem fazer para terem melhores atitudes com as outras pessoas e como fazer com que as pessoas pratiquem atitudes humanas com outras pessoas. Surge o jogo de futebol, como proposta, para a prática de atitudes humanas e por apresentar pessoas que orientam suas atitudes pelas regras para jogar.

Este tema futebol orientou a atividade proposta com a confecção de um campo de futebol. Nela os estudantes realizaram o estudo de perímetro, área de conhecimento matemática e a análise de alguns comportamentos sociais e sobre as regras de jogo para os jogadores e torcidas.

Os estudantes receberam os dez primeiros artigos da declaração dos Direitos Humanos e montaram as regras de seus jogos de futebol sobre estes direitos.

As aprendizagens foram demonstradas através das regras que os estudantes criaram. A regra geral foi que “todos os estudantes brincassem com os jogos de futebol”. As regras seguintes demonstraram o respeito aos jogadores: “se um jogador se machucar e tiver que sair do jogo um jogador do outro time, e da mesma posição, também sai”.

- Segundo Encontro

Foi a segunda parte onde o vídeo explica a realidade histórica e documental dos direitos humanos.

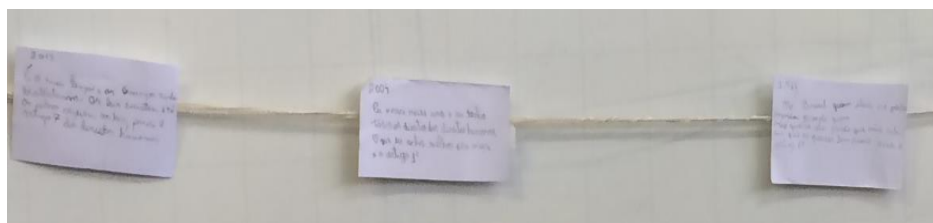
Cada estudante recebeu os trinta artigos da Declaração dos Direitos Humanos. Fizeram a leitura compartilhada e pela dificuldade que tiveram ao lerem os artigos associaram a dificuldade das pessoas que não sabem ler e que não tem acesso aos meios de comunicação como televisão e rádio.

Este diálogo levou os estudantes aos países em guerra e países, segundo eles, muito pobres parecendo com as regiões norte e nordeste do Brasil. Citaram que todos estes lugares, incluindo as regiões brasileiras, foram lugares explorados e abandonados.

Os estudantes apresentaram um mundo fora do Brasil favorecendo aprendizagens geográficas. Apresentaram a compreensão de temporalidade quando relacionaram a exploração de países na atualidade e no Brasil Colonial.

Foi realizada uma linha do tempo com a escolha dos direitos humanos pontuando

momentos históricos que eles, estudantes, gostariam de evidenciar. Esta linha do tempo foi feita com barbante com papéis presos com data, momento histórico e incluíram um dos artigos da Declaração dos Direitos Humanos.



1.534 CAPITANIAS HEREDITÁRIAS  
Todas as capitanias tinham escravos, mas direitos humanos a escravidão aparece não é coisa só do passado.

1.964  
No Brasil quem estava no poder mandava prender quem não queria eles. Parece que não sabiam que as pessoas têm direito. Seria o artigo 8º

1.888  
A princesa Isabel fez a Lei Áurea.  
Liberou os escravos do Brasil.  
Se a declaração dos direitos humanos existisse seria o artigo 1º

2.004  
Eu nasci nesse ano e eu tenho todos os direitos dos direitos humanos. O que eu acho melhor pra mim é o artigo 1º.

2.015  
É o nosso tempo e as crianças ainda trabalham. Os leis existem e não os polímeros reguem as leis, parece o artigo 7º dos direitos humanos.

- Terceiro Encontro

Nesta terceira etapa o vídeo foi apresentado na íntegra para os estudantes. Estes já familiarizados com as cenas iniciaram o diálogo apontando as crianças em estado de desnutrição e as expressões faciais de desespero das pessoas em ambiente de guerra.

O debate levantou a hipótese das pessoas ricas nem ligarem para as tragédias humanas e ainda fazerem piadas. Ao citarem as piadas relacionaram com as provocações e “piadinhas” que alguns estudantes da escola fazem com outros estudantes. A palavra *bullying* surgiu e foi tema de pesquisa para casa.

No encontro seguinte com as aprendizagens sobre *bullying* resolveram fazer um vídeo. Em seus debates consideraram os autores *bullying* indivíduos que não aprenderam e não entenderam os direitos humanos. Os estudantes fizeram grupos com características que representaram crianças ricas e atualizadas com a tendência da moda em música e roupas; crianças pobres sem acesso a músicas e moda e crianças muito estudiosas que não gostam de músicas nem roupas da moda.

Com o conhecimento dos direitos humanos os estudantes fizeram filmagens. Elaboraram cartazes com palavras e frases que chamaram atenção para os comportamentos necessários nas relações interpessoais. Dramatizaram os diferentes comportamentos com seus colegas e falas que utilizam em seu cotidiano. Inventaram conflitos e sobre o tema direitos humanos avaliavam os conflitos e incluíam as atitudes humanas pertinentes no contexto.

Os encontros continuaram com os diálogos. A prática pedagógica foi aceita pelos estudantes que, neste 2º semestre apresentam boas habilidades de análise, discurso e contextualização sobre as várias áreas de conhecimento, seus temas e os direitos humanos.



## VII. CONCLUSÕES

Realizar uma pesquisa para um projeto interventivo e promover a inclusão do tema direitos humanos no ensino e aprendizagens de estudantes de 5º ano da Escola Classe ASPALHA parecia ser, inicialmente, redundante. As propostas educativas voltadas à interdisciplinaridade, ao trabalho com os temas transversais e a estrutura organizativa trazida pelas áreas de conhecimento já indicavam o tema direitos humanos como tematransversal.

Segundo Carvalho (2007) é com a melhoria das ações práticas educativas, desempenhadas na escola, que teremos a possibilidade de melhores condutas sociais envolvendo o respeito e os valores pautados nos direitos humanos.

Nas propostas educativas, este projeto interventivo definiu como seu objetivo incluir na diversidade temática das áreas de conhecimento o contexto dos direitos humanos para que estes temas dialogassem com o cotidiano dos estudantes de 5º ano da Escola Classe ASPALHA e promovessem atitudes humanas conscientes contribuindo para um convívio sociocultural dos mesmos.

Para que o processo atingisse os objetivos propostos a prática educativa foi sistematizada. A sala de aula teve a mudança da disposição das carteiras, formando um círculo, para favorecer a visão de todos os estudantes. A prática pedagógica se fundamentou no diálogo literário que é um fundamento da prática da Tertúlia Didática Literária. E teve a sistematização destas ações pedagógicas amparadas pelo projeto interventivo intraclasses, proposto pelo Currículo em Movimento.

Atualmente, na educação básica, a grande dificuldade está em acompanhar e lidar com a diversidade de informação no contexto sociocultural sendo uma das necessidades da prática educativa a busca de estratégias pedagógicas que busquem a atenção e envolvimento dos estudantes.

Assim, o processo interventivo, percebeu a necessidade de o ensino ser sistematizado para que as aprendizagens sobre os direitos humanos sejam significativas. Esta sistematização proporcionou a contextualização deste tema nas áreas de conhecimento. O tema dos direitos humanos, em muitas aulas, foi lembrado pelos estudantes que, inclusive, faziam referências em áreas de conhecimento que pareciam não permitir este link.

Os resultados gerais apresentaram a necessidade de se incluir no calendário escolar o tema dos direitos humanos. Este tema, apesar de proposto no Currículo em Movimento da educação básica do ensino fundamental, pode ser ou não ser trabalhado pelo professor em sua prática pedagógica. Esta condição é dada pela liberdade de planejamento que o próprio Currículo em Movimento condiciona, sendo a criação de uma data específica para que se

favoreça o efetivo trabalho com o tema dos direitos humanos.

A contextualização do tema direitos humanos nas áreas de conhecimento apresentou uma prática pedagógica interdisciplinar que articula e ensina para um estudante consciente que respeita e cumpre seus direitos e deveres.

Os estudantes do 5º Ano da Escola ASPALHA, junto ao processo educativo deste projeto ineterventivo, potencializaram suas capacidades sociais ao dialogar seus direitos e deveres nas relações interpessoais, e nas suas relações com o meio ambiente estabelecendo relações harmoniosas e apresentando melhorias em suas convivências no meio sociocultural.

## VIII. REFERÊNCIAS

ALVES, Renato. Para apurar abusos de kalungas, autoridades fazem audiência em Cavalcante. *Correio Braziliense*, seção Cidade. Brasília, 12 abr. 2015. Disponível em: <[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/04/12/interna\\_cidadesdf,479060/xxxxx.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/04/12/interna_cidadesdf,479060/xxxxx.shtml)>

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2010.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

FACHIN, Melina Girardi. *Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009

FREIRE, Paulo. *Política e Educação: ensaios*. 5ª ed. São Paulo: Cortez. 2001. Coleção Questões de Nossa época; V.23

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

HISTÓRIA dos direitos humanos, A. *United for The Human Rights*, 2011. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=8xt0ujMak8E>>

HISTÓRIA dos direitos humanos, A. YFHR, 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=quQOrPC7WME>>

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

PULINO, Lúcia H. C. Z. Acolher a criança, educar a criança – uma reflexão. In : *Em Aberto*, Brasília, INEP/MEC, Vol. 18, N. 73, Julho de 2001.

UNESCO. 1990. *Declaração mundial de educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Aprovada pela Conferência mundial de educação para todos. Tailândia.

\_\_\_\_\_. *Educação como exercício de diversidade*. Brasília /MEC/ ANPEd, 2005. Coleção Educação para todos; 7.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.



## Apêndices

### A- Reportagem do Jornal Correio Braziliense – 2015

Garotas de 10 a 14 anos são vítimas de escravidão sexual em Cavalcante(GO)

Pelo menos oito inquéritos concluídos, só em 2015, pela Polícia Civil goiana denunciam o uso de meninas calungas como escravas sexuais. As vítimas, entre 10 e 14 anos, têm como algozes homens brancos e poderosos de Cavalcante.

O Correio mostrou que garotas nascidas em comunidades quilombolas são vítimas de abusos sexuais, principalmente por parte dos patrões, para quem trabalham como doméstica, em troca de abrigo, comida e oportunidade de estudo.



Desde dezembro, a Polícia Civil concluiu oito inquéritos de estupro de vulnerável -em que a vítima tem menos de 14 anos - no município de 10 mil habitantes. Com as diligências em Cavalcante, os deputados federais integrantes da CDMH pretendem entrevistar autoridades locais e familiares de crianças e adolescentes da comunidade Kalunga vítimas de exploração sexual. Além de visitas individuais a famílias de vítimas, eles vão fazer audiência pública na sede do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), também na segunda-feira, às 14h, para colher mais informações sobre as denúncias.

[Leia mais notícias em Cidades](#)

Entre as atribuições da CDHM está a proteção dos direitos das pessoas vulneráveis. Após as diligências, a Comissão poderá requerer a participação de outros órgãos federais e estaduais para agir na garantia dos direitos humanos das vítimas, além da abertura de inquéritos para apurar responsabilidades pelas gravíssimas violações, caso sejam comprovadas.



## **B – Os artigos da declaração dos direitos Humanos**

*A Assembléia Geral das Nações Unidas proclama a presente "Declaração Universal dos Direitos do Homem" como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.*

### **Artigo 1**

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

### **Artigo 2**

I) Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

II) Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

### **Artigo 3**

Todo o homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

### **Artigo 4**

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos estão proibidos em todas as suas formas.

### **Artigo 5**

Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

### **Artigo 6**

Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

### **Artigo 7**

Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos tem direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

### **Artigo 8**

Todo o homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

### **Artigo 9**

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

### **Artigo 10**

Todo o homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

### **Artigo 11**

I) Todo o homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias a sua defesa.

II) Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

### **Artigo 12**

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação. Todo o homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

### **Artigo 13**

I) Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

II) Todo o homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

### **Artigo 14**

I) Todo o homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

II) Este direito não pode ser invocado em casos de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

### **Artigo 15**

I) Todo homem tem direito a uma nacionalidade.

II) Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

### **Artigo 16**

I) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, tem o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

II) O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

III) A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

### **Artigo 17**

I) Todo o homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

II) Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

### **Artigo 18**

Todo o homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar

essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

### **Artigo 19**

Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

### **Artigo 20**

- I) Todo o homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
- II) Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

### **Artigo 21**

- I) Todo o homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
- II) Todo o homem tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
- III) A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

### **Artigo 22**

Todo o homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

### **Artigo 23**

- I) Todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- II) Todo o homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
- III) Todo o homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
- IV) Todo o homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

### **Artigo 24**

Todo o homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

### **Artigo 25**

- I) Todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.
- II) A maternidade e a infância tem direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

### **Artigo 26**

- I) Todo o homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
- II) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
- III) Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

### **Artigo 27**

- I) Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios.
- II) Todo o homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

### **Artigo 28**

Todo o homem tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

### **Artigo 29**

- I) Todo o homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
- II) No exercício de seus direitos e liberdades, todo o homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.
- III) Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

### **Artigo 30**

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer direitos e liberdades aqui estabelecidos.

## X - ANEXOS

### Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –escola



Universidade de Brasília Instituto de Psicologia

Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no  
contexto da Diversidade Cultural.

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_,

abaixo assinado, declaro que fui informado, de forma clara e objetiva, acerca da pesquisa de Conclusão de Curso que tem por objetivo:

Afirmo que tenho pleno conhecimento de que, nessa pesquisa, serão realizados os seguintes procedimentos: observação, aplicação de atividades pedagógicas e análise de documentos diversos. Estou ciente de que não é obrigatória a minha participação nesse estudo, caso me sinta constrangido antes ou durante a realização do trabalho, e de que os materiais utilizados para a coleta das informações serão destruídos após o registro dos dados. Declaro que tenho ciência de que o pesquisador manterá em caráter confidencial todas as respostas que comprometam a minha privacidade e que tenho conhecimento de que receberei informações atualizadas durante o estudo, ainda que isto possa afetar a minha vontade de continuar dele participando. Declaro ainda que me foi esclarecido que essas informações poderão ser obtidas por intermédio (nome do aluno, telefone ou *e-mail*) e que o resultado da pesquisa somente será divulgado com objetivo científico-acadêmico, mantendo-se em sigilo minha identidade e da instituição de ensino. Por fim, afirmo estar ciente de que minha participação neste estudo é voluntária e poderei desistir a qualquer momento, não havendo previsão de gastos ou remuneração. E por estar de pleno acordo com os termos ajustados e mencionados neste documento, assinamos o presente instrumento em duas (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília-DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Interlocutor da pesquisa** \_\_\_\_\_

Responsável pela pesquisa \_\_\_\_\_